

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 4.331, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.005149/2021-63, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: FAZENDA SIBÉRIA;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MA0015;

III - município (UF): GRAJAÚ (MA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 05° 43' 09" S / 045° 46' 45" W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 18 de novembro de 2025.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 3036/SIA de 16 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2015, Seção nº 1 Página nº 10.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 4.338, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.046458/2020-11, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Fortaleza;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0616;

III - município (UF): Juara (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 11° 10' 31" S / 057° 14' 40" W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 4.340, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão H, aprovado pela Portaria nº 3.711/SPO, de 14 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 137 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.000768/2021-51, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão da Revisão 01 do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2013-04-5IGH-02-01, emitido em 23 de fevereiro de 2021, em favor da sociedade empresária AERO AGRÍCOLA SANTOS DOMONGE LTDA., CNPJ 16.538.097/0001-20.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DINIZ DEL BEL

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO
DAS UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DE MANAUS-AM

DELIBERAÇÃO Nº 3, DE 15 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 50300.014719/2020-73. Fiscalizada: MONTEIRO E MONTE LTDA, CNPJ sob o nº 13.398.988/0001-30. Objeto e Fundamento Legal: O Chefe da Unidade Regional de Manaus (UREMN) no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 60 do Regimento Interno, resolve aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R\$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais), pelo cometimento das infrações capituladas nos incisos VIII e XIX do art. 20 da Resolução 912/2007-ANTAQ.

LUCIANO MOREIRA DE SOUSA NETO

Chefe da Unidade

DELIBERAÇÃO Nº 4, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

Processo nº 50300.006389/2020-42. Fiscalizada: NAVEGAÇÃO PIMENTEL SERVIÇOS DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ sob o nº 09.313.348/0001-03. Objeto e Fundamento Legal: O Chefe da Unidade Regional de Manaus (UREMN) no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 60 do Regimento Interno, resolve aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R\$ 2.395,80 (dois mil, trezentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos), pelo cometimento da infração capitulada no inciso IV do art. 24 da Resolução nº 1.558-ANTAQ/2009.

LUCIANO MOREIRA DE SOUSA NETO

Chefe da Unidade

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO
DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 155, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso IX do art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e o que consta no processo nº 50500.014295/2021-71, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa EXPRESSO EMBAIXADOR LTDA, sob o CNPJ Nº 92.189.612/0001-92 para a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 2º A autorizatária deverá observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 3º A não observância do art. 24 da Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, implica na extinção da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Portaria implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 32, de 21.01.2021, publicada no DOU nº 27, de 09/02/2021, Seção 1, pág. 30, onde se lê no Art. 1º: I - De: Belo Horizonte (MG) para: Guarulhos (SP) e São Paulo (SP), leia-se: I - Belo Horizonte (MG) para: Guarulhos (SP).

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Portaria nº 124, de 08.02.2021, publicada no DOU nº 32, de 18/02/2021. Seção 1, pág. 101, onde se lê: II - De: CAMPOS DOS GOYTACAZES/ES para: CAMPINAS/SP e APARECIDA/SP;

leia-se: II - De: CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ para: CAMPINAS/SP e APARECIDA/SP;

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 1.052, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 173, da Resolução/CA nº 39, de 17 de novembro de 2020, publicada no DOU de 19 de novembro de 2020, tendo em vista o constante no Processo nº 50600.018932/2020-70, e

Considerando o Decreto 10.139, de 28 de novembro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, que determinou a revisão dos atos normativos de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, além de autarquias e fundações;

Considerando o inciso II, do art. 1º da Portaria (DNIT) 4667, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 10 de agosto de 2020 (6217864);

Considerando a aprovação do Relato nº 2/2021/ DIREX/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 7ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 22 de fevereiro de 2021; resolve:

Art. 1º DIVULGAR as normas revisadas e consolidadas afetas à Auditoria Interna, Corregedoria, Ouvidoria, Superintendências Regionais, Diretoria de Infraestrutura Ferroviária e Diretoria de Infraestrutura Aquaviária, constantes no Anexo I, da presente Portaria, como parte do processo de revisão e consolidação dos atos normativos, deste Departamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO

ANEXO I

LISTAGEM DAS NORMAS REVISADAS E CONSOLIDADAS AFETAS À AUDITORIA INTERNA, CORREGEDORIA, OUVIDORIA, SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS, DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA E DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA AQUAVIÁRIA

Ano	Normativo	Monitoramento
2004	Ordem de Serviço 006/2004/15ª UNIT, de 27/03/2004	Revogada pela Portaria nº 682 (B.A. 04/02/2021)
2004	Ordem de Serviço 001/2004/7ª UNIT, de 08/01/2004	Postergado para a terceira etapa
2004	Ordem de Serviço 005/2004/15ª UNIT, de 26/03/2004	Revogada pela Portaria nº 682 (B.A. 04/02/2021)
2007	Instrução de Serviço 1/Ouvidoria, de 14/08/2007	Revogada pela IN nº 35 (DOU 30/11/2020)
2009	Portaria 538, de 14/05/2009	Revogada pela Portaria nº 373 (DOU de 25/01/21)
2010	Instrução de Serviço 4/DG, de 23/03/2010	Postergado para a Quinta Etapa - DIR
2011	Portaria 493, de 12/05/2011	Revogada pela Portaria nº 373 (DOU de 25/01/21)
2012	Instrução de Serviço 1/SRERS, de 11/07/2012	Revogada pela Portaria nº 7209 (B.A 16/12/20)
2013	Portaria 147/SR/PR, de 27/09/2013	Revogada pela Portaria nº 7196 (B.A 16/12/2020)
2013	Instrução de Serviço 1/SRERS, de 19/06/2013	Revogada pela Portaria nº 7209 (B.A 16/12/20)
2014	Portaria 120, de 07/12/2015	Revogada pela Portaria nº 7196 (B.A 16/12/2020)
2017	Instrução de Serviço 7/COLEG, de 20/07/2017	Revogada pela Portaria nº 374 (B.A 25/01/2021)
2018	Resolução 31/CA/DNIT, de 08/11/2018	Revogada pela Resolução nº 40 (D.O.U 19/11/2020)
2018	Instrução de Serviço 1/CAF/SREMG, de 26/02/2018	Revogada pela Portaria nº 433 (B.A. 03/02/2021)
2018	Instrução de Serviço 1/PFE/DNIT-RN, de 30/01/2018	Revogada pela IN nº 00001/2021/CONS./RN/PFE-DNIT/PGF/AGU (SEI nº 7293383).
2018	Memorando-Circular 109/COENGE-CAF-RN/SRE-RN, de 16/01/2018	Revogado pela Portaria nº 637 (B.A. 04/02/2021)
2019	Instrução de Serviço 4/COLEG, de 14/02/2019	Revogada pela IN nº 36 (B.A. 01/12/2020)
2019	Portaria 8225, de 19/12/2019	Revogada pela IN nº 36 (B.A. 01/12/2020)
2020	Portaria 2476, de 30/04/2020	Revogada pela IN nº 36 (B.A. 01/12/2020)
2020	Instrução Normativa 6/DG/CORREGEDORIA, de 18/03/2020	Revogada pela IN nº 36 (B.A. 01/12/2020)



2020	Portaria 139/SREMT, de 09/01/2020	Revogada pela Portaria nº 2936 (DOU 20/05/2020)
2020	Instrução de Serviço 1/SRERS, de 09/01/2020	Revogada pela Portaria nº 190 (B.A. 13/01/2021)
2020	Instrução de Serviço 1/SER/SE, de 10/01/2020	Revogada pela Portaria nº 6428 (B.A. 09/11/20)
	Ata de Reunião/PFE/DNITCE e SECONT/CE	Tornada sem efeito, conforme Despacho (DNIT) SECONT - COENGE - CE (SEI nº 7189978)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

PORTARIA Nº 1.070, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT NO ESTADO DO PARÁ no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo Diretor Geral do DNIT, conforme Regimento Interno/DNIT - Art. 144, Inciso XXIV, bem como, da delegação de competência disposta no do inciso VIII do artigo 1º da Portaria nº 6.756, de 23 de novembro de 2020, publicada no DOU de nº 224, de 24 de novembro de 2020, seção I, página 36/37, o qual que versa sobre a contratação de obra de caráter emergencial, por dispensa de licitação conforme os casos enquadrados no inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a DECLARAÇÃO da situação de EMERGÊNCIA na BR-010/PA para o segmento compreendido entre os km 210,57, Km 214,30 e Km 218,34., haja vista as condições em que se encontra a referida rodovia, bem como aos riscos iminentes aos que se expõem os usuários, que nela trafegam, devido a situação calamitosa de trafegabilidade neste segmento de rodovia, proferida pelo Coordenador de Engenharia desta Superintendência Regional do DNIT no Estado do Pará, conforme exarado no Despacho/SRE - PA/CET - PA (SEI nº 7594827), nos termos do que consta do Processo SEI 50602.000680/2021-93.

MARCELO COSTA SORTICA DE SOUZA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

PORTARIA CGIL-GAB Nº 44, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

A COORDENADORA-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2º, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 46/2021/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ, resolve:

DECRETAR a perda da autorização de residência, Processo MIGRANTEWEB nº 47039.015072/2018-15, concedida ao imigrante JOHANNES WILLEM FOLKERT WIERINGA, RNM F0577009, nacional da Holanda, filho de JOKE FRANCINA WIERINGA BUNK, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto 9.199/17, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 47039.015072/2018-15.

ANA PAULA SANTOS DA SILVA CAMPELO

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

DESPACHO Nº 673/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido de naturalização
Interessada: Hauana Souza Pinto
Processo Naturalizar-se: 235881.0004476/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não preenche o requisito do parágrafo único do Art. 70, da Lei 13.445/2017.

DESPACHO Nº 674/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento de pedido de naturalização
Processo naturalizar-se nº: 235881.0001101/2020
Interessado: ALINX RAPHAEL DEMELVA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 675/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido de naturalização
Processo Naturalizar-se nº: 235881.0000481/2020
Interessado: Damis Masson

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHO Nº 373, DE 26 FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 16 do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1º de março de 2016, resolve:

Tornar público o CANCELAMENTO da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a pedido da entidade social CENTRO DE AMPARO E REABILITAÇÃO CANAÃ, com sede em São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 13.054.502/0001-47 conforme Nota Técnica nº 78/2021/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ. Processo SEI/MJ nº 08084.000302/2021-40.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS,
TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS

PORTARIA CONPORTOS Nº 2, DE 21 DE JANEIRO DE 2021

Approva o Regimento Interno da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado da Paraíba.

O Presidente da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - Conportos, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.861, de 25 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado da Paraíba - Cesportos-PB, na forma do anexo a esta Portaria, conforme deliberado pela Comissão Nacional em sua 144ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO JOÃO DA SILVA
Presidente da Conportos

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS
PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS NO ESTADO DA PARAÍBA - CESPORTOS-PB
CAPÍTULO I
FINALIDADE

Art. 1º A Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado da Paraíba - Cesportos-PB, criada pelo Decreto nº 9.861, de 25 de junho de 2019, é um órgão colegiado deliberativo, de caráter permanente, subordinado à Conportos, que tem por finalidade implantar sistema de prevenção e repressão a atos ilícitos nos portos, terminais e vias navegáveis mantido pela Conportos.

§ 1º O sistema de prevenção e repressão de que trata o caput tem por base as resoluções da Conportos, a legislação nacional, os tratados, as convenções, os códigos internacionais e as respectivas emendas das quais o País seja signatário, que disponham sobre segurança e proteção nos portos, terminais e vias navegáveis.

§ 2º A Cesportos-PB será responsável pela execução das ações da Conportos no Estado da Paraíba.

CAPÍTULO II
ORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO

Seção I

Composição

Art. 2º A Cesportos-PB é composta por um representante de cada órgão e entidades a seguir:

I - Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que a coordenará;

II - Capitania dos Portos da Paraíba;

III - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da

Economia;

IV - Agência Nacional de Transportes Aquaviários;

V - Unidade de Segurança da Autoridade Portuária; e

VI - Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba, como membro convidado, com direito a voto.

§ 1º Cada membro da Comissão terá, no mínimo, um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros da Cesportos-PB e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares locais dos órgãos representados e designados por ato do Presidente da Conportos.

§ 3º A representação da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba será solicitada ao Governo Estadual pelo coordenador da Cesportos-PB.

Seção II

Funcionamento

Art. 3º A Cesportos-PB se reunirá em caráter ordinário mensalmente e em caráter extraordinário sempre que convocada por seu coordenador ou por requerimento de um terço dos membros.

§ 1º O quórum mínimo para a realização de reunião e para a deliberação é de quatro membros.

§ 2º A aprovação de deliberação se dará por consenso de seus membros e, não sendo este possível, pelo mínimo de quatro votos dos membros.

§ 3º Na impossibilidade de comparecer à reunião, o membro titular oficiará ao seu suplente, solicitando sua presença para o exercício eventual de suas funções na Comissão.

§ 4º Poderão ser convidados a participar das reuniões, sem direito a voto, representantes de órgãos e entidades que possam contribuir para o esclarecimento das matérias tratadas.

§ 5º A pauta da reunião deverá ser divulgada por e-mail encaminhado aos membros da Cesportos-PB, com a antecedência mínima de sete dias da data de sua realização, com a indicação da data, local e horário da reunião, o resumo das matérias que serão tratadas, a identificação dos interessados, e outras informações consideradas relevantes.

Art. 4º As deliberações da Cesportos-PB, assinadas por seu coordenador, serão registradas em atas e expressas em portarias, pareceres, resoluções, recomendações, propostas de consolidação e de aperfeiçoamento de leis e regulamentos.

§ 1º Além do voto ordinário, o coordenador da Cesportos-PB terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 2º O voto contrário será registrado na ata da respectiva reunião.

§ 3º As atas e demais documentos mencionados no caput serão encaminhados à Conportos no prazo de cinco dias úteis, sendo vedada a divulgação das discussões sem a prévia anuência do coordenador, ouvidos os demais membros.

Art. 5º A Secretaria-Executiva da Cesportos-PB será exercida pela Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a qual prestará o apoio técnico e jurídico ao funcionamento da Comissão.

Parágrafo Único. Os órgãos e entidades representados na Cesportos-PB poderão contribuir com os recursos necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 6º Os membros da Cesportos-PB que se encontrarem em sua sede se reunirão presencialmente e os membros que se encontrem em outros municípios ou entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 7º Os processos da Cesportos-PB deverão tramitar, preferencialmente, por meio do Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SEI-MJSP, devendo ser concedido acesso aos membros titulares e suplentes da Comissão, bem como para os componentes da Secretaria-Executiva.

Parágrafo Único. O acesso ao SEI-MJSP deverá ser solicitado pela Cesportos-PB à Secretaria-Executiva da Conportos, mediante o envio de formulário padrão preenchido pelo interessado.

Art. 8º A Cesportos-PB poderá instituir subcomissões na hipótese de portos organizados e instalações portuárias localizadas em pontos distintos de sua circunscrição.

Parágrafo único. As subcomissões instituídas pela Cesportos-PB:

I - serão compostas na forma de ato do coordenador da Cesportos-PB;

II - não poderão ter mais de cinco membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

IV - estão limitadas a três operando simultaneamente.

Art. 9º A Cesportos-PB poderá instituir grupos de trabalho temáticos para avaliação de matérias específicas e para o acompanhamento da implementação de ações da Cesportos.

